

**Casa dos Cata-Ventos –
uma estratégia clínica e política na atenção à infância**

Ana Maria Gageiro

Eda Estevanell Tavares

Renata Maria Conte de Almeida

Sandra D. Torossian

O que vamos apresentar aqui é a experiência de um projeto fruto da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Instituto de Psicologia) e o Instituto APPOA (Instituto da Associação Psicanalítica de Porto Alegre): a Casa dos Cata-Ventos. Uma estrutura Dolto, um lugar de brincar, conversar e contar histórias. Lugar que acolhe a vida comum, uma psicanálise na cidade. Estamos em um território da cidade de Porto Alegre que é próximo do centro da cidade, de duas Universidades (UFRGS e PUCRS) e em frente a um shopping center, porém quase ninguém o vê. Chama-se Vila São Pedro, nome oriundo da proximidade com o Hospital Psiquiátrico São Pedro. Seus moradores vivem em condições de extrema precariedade socioeconômica e convivem com a exclusão de todos os direitos e recursos aos quais têm acesso aqueles designados “cidadãos”. Vivem da catação e venda de lixo que abarrota e transborda os pequenos barracos, confundindo-se com seus moradores. As casas precárias não têm piso, o esgoto é a céu aberto, moscas e mau cheiro são constantes.

A comunidade está submetida a muitas violências: ao abandono social, à força paralela e perversa do tráfico de drogas, à ação policial que se impõe arbitrária e desumanamente sobre adultos e crianças. Neste ambiente inóspito, seus moradores encontram como forma de resolução de seus conflitos, quaisquer que sejam eles, repetições destas vivências, mais violência. São territórios, espaços “potencialmente traumatizantes” pela ausência e desregulação de meios de proteção aos seus habitantes, como nos diz Paulo Endo (2005). Ali, eles não apenas estão mais expostos do que moradores de outros locais da cidade, como têm de estar sempre alertas, e muitas vezes angustiados, frente à violência que pode irromper inesperadamente a qualquer momento, traumáticamente.

A violência sempre presente acaba assim permeando todas as relações e se reproduzindo nas relações das crianças entre si e com os da Casa.

Sabemos, como alerta Benilton Bezerra, que:

iniciativas como o nosso projeto tem seus limites frente à complexidade de problemas de ordem estrutural que precisam ser enfrentados para que os sujeitos que habitam esses espaços saiam da exclusão em que se encontram e partilhem de forma mais ampla dos recursos (sociais, econômicos, políticos e culturais) indispensáveis à ampliação de sua normatividade social e de sua plena cidadania. (1999, p.18)

Não desconhecemos o risco presente, em iniciativas como a nossa, de psicologizar, ou de se incorporar a um “discurso competente”, técnico, questões e problemas que são de ordem existencial, política ou socioeconômica. Mas essas questões não nos impedem de pretender, com nossa proposta de trabalho, criar um dispositivo do qual crianças e adultos possam se utilizar para ampliar suas chances de viver de modo mais autônomo, criativo e satisfatório possível. Há nesse projeto a junção de efeitos clínicos e políticos, sem que isso seja uma bandeira da Casa.

O trabalho que realizamos se situa nas bordas da intervenção clínica, social e educativa, sem se tratar propriamente de nenhuma delas mas, certamente, balizado pela psicanálise. Não se trata de uma intervenção propriamente educativa, apesar dela poder estar presente, uma vez que consideramos que os cuidados possuem uma função orientadora e indicativa, ou seja, podem ter valor de inscrição e papel na saúde psíquica dos pequenos. Não se trata tampouco de um trabalho de intervenção social, apesar da aposta realizada nos efeitos que a produção de sujeitos mais autônomos, menos conformados e silenciados pela dor, desejantes, enfim, possam vir a ter, ao assumirem responsabilidades na vida social. Não é aplicação de um método, mas construção de um espaço onde sejam possíveis o brincar e o conversar, recursos de simbolização e elaboração infantis. A Casa é um dispositivo clínico e possui uma temporalidade particular, que, como reitera Bezerra, é ensaio, experimentação, lugar de reinvenção, da renovação da escuta e do olhar.

Françoise Dolto pensava a Maison Verte como um espaço de transição entre a família e a escola. Pensamos a Casa dos Cata-Ventos assim, mas também como um lugar que promove o deslizamento da violência às palavras, onde um Outro violento,

sem lei, pode dar lugar a uma outra versão do Outro, social, sustentada pelos plantonistas. Nesta perspectiva, Bezerra afirma que:

toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo. A singularidade só pode surgir e ser experimentada no campo das relações com os demais sujeitos, campo de suas relações sociais. Estas, por sua vez, só ganham significação, só se reproduzem ou se modificam pela apreensão que os sujeitos fazem delas. (1999, p.18)

Sabemos que o sintoma clínico se faz na intersecção de como o sujeito resolve o seu fantasma com o discurso social. O sintoma é certamente singular, mas não é individual. Singular porque se trata da maneira como ele equaciona essa combinação, mas o sintoma é ao mesmo tempo coletivo e individual. Ou, nas palavras de Lacan:

Os sofrimentos da neurose e da psicose são, para nós, a escola das paixões da alma, assim como o fiel da balança psicanalítica, quando calculamos a inclinação de sua ameaça em comunidades inteiras, dá-nos o índice do amortecimento das paixões da pólis. (1988, p.103)

Propomos, ainda, uma reflexão sobre a dimensão de uma temporalidade que introduz a possibilidade da inclusão e do reconhecimento através de um ato clínico e político de aposta/suposição de existência de um sujeito de desejo, de um narrador. Um lugar em que também é possível pensar o conceito de testemunha. Temos observado o quanto o espaço/tempo dos plantões desdobra uma dimensão temporal que permite que alguém ali queira ser, incluir-se, pelo brincar e pela palavra e, se possível, elaborar traumas.

Benjamin observa que os sobreviventes da Segunda Guerra voltavam mudos das trincheiras porque aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras. Em O Narrador ele esboça a ideia de uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre cacos de uma tradição em migalhas. Para Gagnebin, tal proposição nasce de uma injunção ética e política:

não deixar o passado cair no esquecimento. Esse narrador seria a figura do trapeiro, do catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades

modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder. (2006, p.54)

Esse narrador-sucateiro não tem por alvo recolher grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico? A resposta de Benjamin é dupla: em primeiro lugar é o sofrimento indizível; em segundo lugar, aquilo que não tem nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro.

Somos nós, plantonistas, também narradores, recolhendo os cacos, os detritos, o lixo para que nada se perca dessa violência e exclusão? Trabalhamos nesta comunidade há quase quatro anos. Aprendemos, com o tempo, a contextualizar algumas brincadeiras das crianças, ou mesmo a ausência delas. Em meados do segundo semestre de 2013, vivemos duas tardes emblemáticas.

Numa delas, nenhuma brincadeira se montava. Todos os brinquedos foram sendo espalhados pelo pátio e destruídos com muita violência. As intervenções não surtiam qualquer efeito. Um menino de três anos passou a tarde enterrando bonecas, alheio ao caos do pátio. Todos os trabalhadores da Casa que se aproximavam não conseguiam produzir qualquer deslizamento naquilo que se repetia à exaustão. Quase ao final, uma trabalhadora se aproxima com um caminhão e propõe a ele uma nova brincadeira: fazerem um carregamento de terra para a casa do primo, que brincava um pouco distante. Ele aceita e consegue, assim, sair do interminável e angustiante enterro. Importante dizer que muitas das nossas intervenções com as crianças pequenas se dão sem um adulto cuidador, pois elas são trazidas à casa por seus irmãos um pouco maiores. A história das crianças e do próprio território vão sendo construídas a posteriori nas reuniões de equipe, onde costuramos fragmentos de relatos e repensamos as intervenções e o diálogo com a rede de proteção à infância.

Duas ou três semanas após esta tarde, encontramos toda a vila em efervescência. Crianças e mulheres falavam movidas pelo desespero. Ninguém dormira aquela noite e em tantas outras. A polícia vinha entrando violentamente nas casas durante as madrugadas e implementava um clima de terror em toda a vila. Um rapaz usuário de crack havia sido espancado pela Brigada Militar, no meio da vila, durante toda a madrugada. Seus gritos acordaram a todos. O medo impediu qualquer ação. Foi espancado quase até a morte e ainda estava sem socorro médico. O pedido das mulheres, quando chegamos à Casa, era de que ligássemos para o serviço municipal de

ambulâncias, pois talvez nós, da universidade, seríamos atendidos. Por ser um território controlado pelo tráfico, os serviços do Estado estão praticamente ausentes e os pedidos de ajuda não são atendidos. É digno de nota que a única pessoa que teve coragem de tirar o espancado da rua e colocá-lo dentro de casa, dando-lhe abrigo, foi um sujeito psicótico.

As crianças falaram de suas vivências nos últimos tempos, contaram as histórias de terror vividas por elas, seus familiares e vizinhos durante as madrugadas. Após romperem o silêncio provocado pelo medo e também pelo acordo velado do próprio território, elas pedem para brincar. Começam a se fantasiar, linda e coloridamente. A primeira brincadeira que montam é “Seu lobo está? Vou passear no bosque enquanto seu lobo não vem”. Correm pelo pátio fugindo do lobo mau. Freud já nos apontava que as crianças brincam ativamente com as situações vividas passivamente. Após nos contarem do horror, podem então fugir do lobo mau. Em seguida, montam uma terreira de Umbanda. As crianças criam fantasias de pais e mães-de-santo e pedem que uma trabalhadora vista uma saia e entre na brincadeira para “aprender como se faz”. O convite não era para brincar com eles: dançar ou cantar, apenas ver, aprender. As crianças passaram a tarde incorporando orixás, rodando as saias, cantando e a trabalhadora ali, sentada, observando, testemunhando todos os seus movimentos, sua sabedoria com os orixás, pretos velhos e ciganas. Escutando seus cantos e pedidos de proteção, sustentando um tempo/espço simbólico diverso do vivido nas noites de terror na vila.

A brincadeira de Umbanda teve para as crianças um efeito de apaziguamento. Seus pedidos foram escutados por alguém. Até as pessoas na rua pararam para olhar a linda brincadeira que construíram. Toda a equipe esteve com eles escutando o horror e, depois, sustentando um Outro espaço. Testemunhamos os relatos e também a potência criativa destas crianças. Quando o sujeito é escutado, é possível descansar, apaziguar a angústia vivida desde a noite anterior. E foi assim que as crianças acabaram a brincadeira e seguiram para suas casas bem antes do fim da tarde. O tempo lógico estabeleceu o fim do nosso trabalho naquele dia.

Retomando o conceito de testemunha em Gagnebin, ela nos diz que não se trata daquele que viu com seus próprios olhos. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro, porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente

essa retomada reflexiva do que foi vivido pode ajudar a que não se repita, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Miriam Debieux Rosa considera que há uma especificidade na escuta destes sujeitos permanentemente expostos à violência e à exclusão. Ela diz:

É preciso levar em conta que a exclusão do acesso aos bens, a exclusão dos modos de gozo deste momento da cultura tem como conseqüência no sujeito um efeito de resto. É importante não confundir esse lugar de resto na estrutura social com uma subjetivação da falta, que promove o desejo. A identificação do sujeito a este lugar de resto, de dejetos, é um dos fatores que dificulta o seu posicionamento na trama de saber e que vai caracterizar o seu discurso, marcado, por vezes, pelo silenciamento. (ROSA, 2002, p.12)

Trazemos aqui, através do sonho de Primo Levi, o horror da ausência da escuta. Primo Levi, no campo de Auschwitz, descobre um sonho recorrente em quase todos os seus companheiros e nele mesmo. Sonha com a volta para casa, com a felicidade intensa de contar aos próximos o horror já passado e ainda vivo e, de repente, percebe com desespero que ninguém o escuta, que os ouvintes se levantam e vão embora, indiferentes. Primo Levi pergunta: “por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (1998, p. 86).

Gagnebin considera também o personagem que levanta e vai embora, na indiferença. Há uma escolha aí que é preciso considerar. Não temos que pedir desculpas quando, por sorte, não somos os herdeiros diretos de um massacre; e se, ademais, não somos privados da palavra, mas, ao contrário, se podemos fazer do exercício da palavra um dos campos de nossa atividade, então nossa tarefa consistiria, talvez, muito mais em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular um terceiro – aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e torturado, do assassino e assassinado, aquilo que, inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo.

A aposta do projeto/programa que estamos desenvolvendo é a de ser esse terceiro que permite, pela sua presença e seu desejo de manutenção do espaço e da escuta, abrir brechas no tempo, frestas no tempo. O tempo faz o sentido se abrir. É

preciso instaurar um tempo para falar das invasões, das violências. Nossa aposta é na escuta psicanalítica. Na sua potência de produzir efeitos estruturantes e organizadores.

Ao lidar com situações de tanta violência há o enorme risco de ser tomado nos discursos vitimizantes, culpabilizantes ou que pretendem afirmar a verdade definitiva sobre o que é a violência, o crime, a dor e tudo que, enfim, acaba fechando os caminhos para a escuta. O risco, segundo Endo, é em ter-se em vez do testemunho apenas um

discurso aferrado a si mesmo, inseguro da própria verdade frágil que veicula, ela também imersa na dúvida e que, por isso, tende a se proclamar repetitivamente e à exaustão, tornando irrisória – e não essencial, como no testemunho – a presença do interlocutor. (2005, p. 265)

É no testemunho, a partir do encontro mediado pela escuta, que pode haver compromisso e responsabilidade sobre o que se diz e se escuta. Encontro que, para que haja uma escuta (como define a psicanálise), é mediado por um “princípio de ignorância”, assim definido por Endo (2005, p. 265), tanto de quem escuta como de quem fala para o ainda não sabido surgir. Que este não-sabido possa sair da condição de objeto-dejeto em que a sociedade o coloca, para que a falta-a-ser não signifique uma ameaça, mas encontro com o qual pode se produzir o novo (ROSA, 2002, p. 13).

Nossa intervenção consiste na aposta no valor subversivo da palavra, podendo tirar estes sujeitos do emudecimento e da violência. Escutando crianças e adolescentes como sujeitos, podendo oferecer-lhes outras vias de elaborar suas dores, inquietações e maneiras habituais de reagir, não precisando ficar presos a uma repetição, mas identificando outras versões, outras cenas possíveis, outros enredos. Propomos um ambiente que possa cumprir sua função, conforme nos ensina Winnicott: acolhimento e provisão, lei e reconhecimento.

As crianças e adolescentes que circulam pela Casa têm voz nas decisões: participam da elaboração e entendimento das regras de convivência. Sustentamos um lugar que procure não encerrar a possibilidade de diálogo preservando a lei da Casa: ninguém pode ser machucado ou agredido. Seguimos a máxima de Françoise Dolto na Maison Verte: não falamos de crianças, falamos com crianças!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA JR, Benilton. *Prefácio: “Tecendo a rede”*. In: *Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo*. S. Paulo: Cabral Universitária, p. 18, 1999.

CARDOSO, Ubirajara Cardoso de. *A pertinência pública do ato psicanalítico*. Curitiba, Juruá, 2013.

ENDO, Paulo Cesar. *A violência no coração da cidade*. São Paulo, Escuta, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo, Ed 34, 2006.

LACAN, Jacques. *“O estádio do espelho como formador do eu”*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

ROSA, Miriam Debieux. *“Uma escuta psicanalítica das vidas secas”*. In: *Textura*. Revista de Psicanálise, n. 2, USP, São Paulo, 2002.